

## A Situação da educação básica no Brasil

X *Arnaldo Niskier*

*Doutor em Educação, membro da Academia Brasileira de Letras e Presidente do CIEE/RJ*

*“Enquanto não resolvermos a questão da educação, vamos continuar a ser uma sociedade desigual e injusta.”*

**Priscila Cruz**

Cientificamente, sabemos que não são fáceis os exercícios de futurologia, sobretudo quando estão em causa nações em desenvolvimento. Teremos, em um curto espaço de tempo, dois eventos exponenciais: a Copa do Mundo de futebol, em 2014, e os Jogos Olímpicos de 2016. Estaremos preparados, inclusive do ponto de vista de recursos humanos, para enfrentar esses desafios?

A resposta nos leva a uma posição que poderá ser otimista. Tomando por base a atual realidade, infere-se que há boas perspectivas. O Brasil tem 197.468 escolas de ensino básico. Destas, 129.579 (65,62%) não têm bibliotecas, o que significa um total de 15 milhões de alunos sem bibliotecas. Mas está na Constituição que, a partir de 2020, todas as

escolas, públicas e particulares, deverão ter uma biblioteca. A meta é alcançar, no mínimo, um livro por aluno matriculado.

Temos de melhorar os índices de atendimento à educação infantil (há mais de 20 milhões de brasileiros entre 0 e 6 anos, dos quais somente 6,3 milhões são atendidos de alguma forma); aperfeiçoar a qualidade do ensino fundamental, depois de alcançada a sua universalização (há 53 milhões de matrículas no ensino público); evitar os fenômenos de evasão e repetência no ensino médio, onde temos 7,2 milhões de estudantes, e valorizar a vertente profissionalizante, uma obrigação dos poderes públicos, com a devida colaboração da iniciativa privada; ampliar as oportunidades, sobretudo, em novas profissões (Educação Ambiental, Tecnologia da Informação, Energias Limpas), no ensino superior, dobrando o número dos atuais 6,3 milhões de alunos; manter a excelência da pós-graduação, reconhecida internacionalmente como de boa qualidade. Isso terá influência decisiva na ampliação do número de cientistas brasileiros.

Para que tudo isso ocorra, o País deve se voltar, com firmeza, para a formação e o aperfeiçoamento de professores e especialistas, inclusive com a adoção criteriosa da modalidade de educação a distância, onde hoje temos mais de um milhão de estudantes. Esse número, para uma população estimada de 202 milhões de habitantes, em 2016, deverá ser quadruplicado, pois o sistema comporta esse crescimento.

A Presidente Dilma Rousseff anunciou que será ministrado ensino técnico a 3,5 milhões de trabalhadores brasileiros até o ano de 2014. A ideia é nobre e merece aplausos. Mas não se pode deixar de clamar pela prioridade absoluta: o professor. Se não houver professores bem preparados e devidamente estimulados, os esforços em prol da educação cairão no vazio, por absoluta falta de consistência.

A lei que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional (n<sup>o</sup> 9.394) é de 1996. Nem chegou a ser completamente aplicada e logo surgiram as chamadas emendas constitucionais, quebrando o pouco de organicidade do instrumento legal. Em menos de 10 anos, o Congresso já havia aprovado 14 modificações na LDB original – e isso continua até hoje, para complicar a vida dos educadores que precisam acompanhar de perto a legislação brasileira.

Agora, depois do projeto dormir por quatro anos nas comissões do Congresso Nacional, surgiu a Lei n<sup>o</sup> 12.796/13. Na prática, serão medidas saudáveis, se forem bem aplicadas a partir do ano de 2016, o que duvidamos muito, em virtude da tradição perversa de deixarmos as coisas para lá.

Prevê-se no novo instrumento a obrigatoriedade de os pais matriculem os filhos na pré-escola a partir dos 4 anos de idade (e não mais aos 6 anos), ampliando saudavelmente a escolaridade mínima de crianças e jovens para a faixa dos 4 aos 17 anos de idade. Se isso acontecer, estaremos nos ombreando com as nações desenvolvidas e, é claro, será possível competir em melhores condições em concursos internacionais, como é o caso do PISA, em que hoje estamos no 53<sup>o</sup> lugar. Damos vexame em leitura, matemática e ciências (jovens de 15 anos).

Aqui cabe uma boa reflexão: os pais serão obrigados a matricular os filhos na pré-escola, que é uma responsabilidade constitucional das prefeituras. Quem conhece o interior brasileiro e suas condições precárias de atendimento sabe que a imensa maioria dos 5.563 municípios existentes não têm condições de cumprir o que se exige. Cerca de 96% são inadimplentes (não podem celebrar convênios com a União). Não é o caso de as escolas serem precárias. É que não existem mesmo. Será necessário um esforço de guerra para que

elas sejam construídas e, além disso, para que sejam formados os professores de que o sistema passará a carecer. Quem pagará por isso tudo? O Pré-Sal?

Conhecida a leniência do serviço público, surge a dúvida de como serão cumpridas as 800 horas anuais na pré-escola e os 200 dias mínimos de aula, com tanta precariedade existente hoje. Não há professores e especialistas e nem os salários são apetitosos. A jornada mínima deverá ser de 4 horas (turno parcial) e de 7 horas no desejado tempo integral. Exigir-se-á frequência mínima de 60% das aulas. Quem é do ramo vê isso tudo com muita desconfiança, como uma quimera a mais do sistema educacional brasileiro.

A pergunta que fica igualmente no ar refere-se à consolidação das nossas leis educacionais. A LDB tornou-se uma bonita e colorida colcha de retalhos. Só um gênio pode guardar de cabeça tantas e tão diversificadas normas, com um pormenor que deve ser mencionado: virou moda, como se fez no natimorto Plano Nacional de Educação, estabelecer metas exuberantes, para o futuro, como se tem feito sistematicamente com a erradicação do analfabetismo. Se não ocorrer o que se prevê, a quem caberá a culpa? Os autores da façanha estarão longe.

Fala-se muito em gastos com a educação, expressão que deve ser condenada. Gasto é sinônimo de desperdício. Entendemos a educação como investimento, caminho certo para a expansão econômica e social do País. A Educação, com cerca de US\$22 bilhões, tem o terceiro orçamento da República, investindo hoje 5% do Produto Interno Bruto, atrás somente de Saúde e Defesa.

É preciso observar o atual estágio em que se encontra a educação de forma crítica e transparente para que as metas possam ser incor-

poradas à realidade de cada local. Utilizando a mesma metodologia da planilha de custos do MEC, comprova-se que a proposta de 7% do PIB, feita pelo Governo Federal, é insuficiente para garantir o direito a uma educação pública de qualidade. Este indicador é sinal da manutenção da expansão precária do acesso à educação.

Deveríamos chegar a 10% do PIB, para que todos os planos e projetos fossem viabilizados, no prazo determinado. Só assim seria possível vencer um dos maiores obstáculos da educação brasileira que é a remuneração do quadro do magistério. A principal crítica ao projeto de lei apresentado pelo Governo Federal, em uma avaliação geral, é que a proposta foi menos ambiciosa do que a educação pública brasileira requer.

Temos cerca de três milhões de professores empregados (quase 500 mil no ensino superior), com a média salarial de US\$500, o que é muito pouco. Devemos valorizar a atuação dos professores e especialistas, não só aperfeiçoando os seus cursos de formação (providência urgente), como remunerando adequadamente esse serviço fundamental para os planos de crescimento do País. Será sempre difícil estimular os jovens da classe média a escolher o magistério com salários que são reconhecidamente dos mais baixos do mundo. A estimativa é de que, nos próximos 5 a 6 anos, possamos triplicar os números atuais. E, ainda assim, estaremos abaixo de nações como as que foram batizadas de “tigres asiáticos”.

Só o aumento de salário do magistério, porém, não resolve. Afinal, o dinheiro no fim do mês, sozinho, não transforma um professor despreparado em um mestre eficiente. Há um conjunto de fatores, que no Brasil talvez comece nas escolas de formação de professores. Elas continuam deixando muito a desejar. O conhecimento dobra a cada cinco anos e, parafraseando Guimarães Rosa, “hoje já é amanhã”.

Se o professor não tiver uma atualização permanente (e haja tempo para isso), perderá a batalha da eficiência. Haverá alunos com conhecimentos mais avançados – e isso provoca uma situação incômoda em sala de aula. Vivemos um mundo de imersão digital, com as suas características de portabilidade, interatividade, conectividade e multifuncionalidade. Quem não estiver preparado para isso, terá dificuldades talvez insuperáveis para exercer com brilho a sua missão.

O problema não é tão simples que se resolva com maiores salários. Pagar mais é uma velha reivindicação, justa, mas a importância está também na melhoria da formação dos mestres. Não cabe a discussão do que deve vir primeiro. Talvez haja uma concomitância nessas duas vertentes, reconhecido que uma boa parte dos professores frequenta cursos deficientes, retrógrados, com conhecimentos envelhecidos e repetitivos. Nutrimos grandes esperanças na renovação dos cursos de formação de professores.

No Brasil, vivemos hoje sob o estigma da baixa qualificação escolar. Não é um fenômeno somente brasileiro, pois o Presidente Barak Obama, que afirma ter escolhido a esperança em lugar do medo, investe US\$500 bilhões anuais em educação. Está impressionado com a má performance de cinco mil escolas norte-americanas e as notas médias alcançadas nos exames internacionais (PISA) de Matemática, por exemplo: os Estados Unidos ficaram em 35º lugar, enquanto o Brasil alcançou o 54º, em uma competição de 57 países (ano-base 2006).

Observa-se, em nossa educação básica, um lento avanço em língua portuguesa, mas um claro retrocesso na matemática, especialmente no ensino fundamental: só 17% terminam o 9º ano com bons conhecimentos. Ou seja, 83% sabem menos do que se espera dos que concluem o 5º ano. Sabem muito pouco sobre percentagens e frações.

## QUADRO É MELHOR NOS ANOS INICIAIS

Percentual de alunos com aprendizado considerado adequado no ensino fundamental

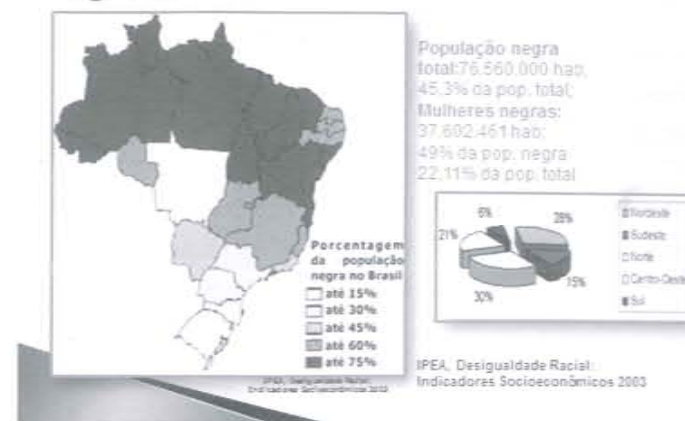


### POR REGIÃO

Alunos com aprendizado adequado em matemática ao final do ensino fundamental (rede pública e privada)



## População negra do Brasil por regiões:



Nosso País, ainda com imensos vazios territoriais, perde substância demográfica na sua população dos 7 aos 14 anos de idade. Há uma diminuição clara nas taxas de natalidade. Estima-se que nossa população até 17 anos vá encolher em sete milhões de habitantes, nos próximos 10 anos, caindo de 58 milhões para 51 milhões. É um fator estratégico de grande relevo para os que projetam o futuro da educação brasileira. Precisamos de mais escolas e/ou mais e melhores professores?

Partindo do princípio de que “conhecimento é poder”, luta-se para reformular os currículos das escolas, abandonando a rigidez curricular que não mais condiz com as necessidades dos que irão buscar de imediato o amparo no mercado de trabalho. Pode-se registrar um claro retrocesso, nos últimos 15 anos, mas a reação se nota pela vontade política de valorizar a “Avaliação”, mais do que nunca presente no processo ensino-aprendizagem. Busca-se uma política de valores e não só de resultados: a classe média alta brasileira raciocina em níveis muito inferiores, por exemplo, aos europeus.

Existe a certeza de que “a aprendizagem é para toda a vida” (como vimos na Unesco) e que a gestão da escola é um elemento estratégico essencial. Aí surge a figura do diretor, que pode transformar esse

quadro. Ele luta para vencer preconceitos descabidos, como o que existe no Brasil contra o ensino profissional. A Constituição de 1937 afirmava que ele seria destinado “às classes menos favorecidas”. Não seria exagero encontrar, no preceito constitucional, uma das causas principais da existência, hoje, de sete milhões de jovens brasileiros sem emprego por absoluta falta de qualificação.

No mundo desafiador dos novos tempos, deve-se apoiar iniciativas educacionais do Sistema S (Senac, Sesc, Senai, Sesi e Senar), pelo sucesso e seriedade dos seus empreendimentos nacionais. Não podemos deixar de fazer uma referência à experiência que temos vivenciado à frente do Centro de Integração Empresa-Escola do Rio de Janeiro. São 30 mil estagiários e cinco mil aprendizes, procurando os caminhos do primeiro emprego.

Com os nossos avanços econômicos, inclusive com as perspectivas do Pré-Sal, que poderá ter a exploração potencializada nos próximos 10 anos, surgirão milhares de empregos, sobretudo de nível intermediário, nas áreas de petróleo e gás, transformando completamente as opções de recursos humanos.

O Brasil tem, hoje, o aluno “geração internet”, com toda a sua monumental parafernália eletrônica: MSN, Orkut, Facebook, MP3, Smartphone, Google, Wase, Twitter etc. Tudo ao mesmo tempo. Será um processo eficaz de apreensão de conhecimentos?

Não é de estranhar a tendência de considerar monótonas as aulas tradicionais e, com isso, até desrespeitar a figura do professor. Boas escolas resistem a esse processo, mesmo considerando que a internet veio para ficar.

Em pleno século XXI, como desconhecer essa realidade? Defende-se a ideia do tempo integral para as nossas escolas (8h às 17h), mas com um projeto inteligente de construção da cidadania, utilizando os valores do humanismo e as conquistas eletrônicas que nos espantam, diariamente.

Enquanto os chamados países ricos investem anualmente US\$8.857,00 por aluno, nos diversos níveis de ensino, o Brasil destina apenas US\$2.000,00, ou seja: menos de 25%. Esse é o quadro apresentado pelo Relatório “Um Olhar sobre a Educação em 2009”, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que representa as 30 nações mais ricas do mundo, além de um grupo de associados. Vejamos mais algumas comparações do estudo:

<b>Ensino fundamental</b>	(Brasil: US\$1.556,00 países da OCDE: US\$6.437,00)
<b>Ensino médio</b>	(Brasil: US\$1.538,00 países da OCDE: US\$8.006,00)
<b>Ensino superior</b>	(Brasil: US\$10.294,00 países da OCDE: US\$12.336,00)

A comparação entre os valores investidos mostra que o fosso existente entre os desembolsos realizados pelo Brasil e os outros países é representativo.

Em outra avaliação da OCDE, para medir em que países há mais reclamações de diretores por faltas e atrasos de professores, o Brasil ficou em oitavo lugar, com o índice de 32,3% (atrás do México, o líder, Polônia, Irlanda, Noruega, Espanha, Eslovênia e Turquia). Um dos motivos alegados pelo número excessivo de reclamações é a

legislação permissiva em alguns estados, que chegam a tolerar faltas mensais, sem os descontos nos salários. Casos de doenças também se destacam como justificativa das faltas. Em contrapartida, a pesquisa registra que os professores brasileiros são os que mais utilizam parte do seu tempo com outras atribuições além do ensino.

Chegamos com distorções variadas a menos de seis milhões de universitários, número que nos deixa atrás de nações próximas, como a Argentina, o Chile e o México. Temos cerca de 17 mil cursos, 67% dos quais destinados a formar para profissões regulamentadas.

Pensa-se pouco no conteúdo da educação, sendo comum jovens chegarem ao diploma salvador sem o mínimo de conhecimento básico, especialmente em História, Literatura, Matemática, Ciências, sem nos aprofundarmos na tragédia que representa, pelos seus resultados, o desconforto com que é tratada a Língua Portuguesa.

Temos hoje 60 milhões de alunos frequentando as escolas brasileiras, em todos os níveis. Cerca de 33% da população, o que representa um número bastante expressivo. O ensino cresceu muito, nos últimos anos, sobretudo no fundamental. Mas quais são as perspectivas para o futuro?

Em nosso País, somente em meados da década de 1990, com a reforma realizada através da implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), a educação a distância passou a ser reconhecida oficialmente. Em seu artigo 32, §4, está previsto: “O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.”

Melhorar a educação brasileira, de um modo geral, pode ser uma utopia? Depende, naturalmente, da existência de uma política séria, no setor, conduzida por pessoas competentes e desinteressadas de proveito

pessoal ou político. A boa escola deixará de ser uma utopia quando esse quadro se modificar.

Para uns é acomodação; para outros, conforto. Quando se aborda a questão do magistério, crucial na educação brasileira, nenhuma das opções pode ser desprezada. Sabe-se que vivemos grandes dificuldades na área, que vão desde a formação precária até a pouca valorização profissional, o que causa inevitavelmente um grande desestímulo.

A consequência desse estado de coisas é a deterioração do *status* social da categoria, o que precisa ser reconquistado de qualquer maneira. Devemos reagir contra a acomodação e também o comodismo da permanência na chamada “zona de conforto”, uma inimiga da criatividade construtiva. Rotinas devem ser sacudidas, sobretudo em tempos de crise econômica.

Psicólogos de orientação moderna aconselham a sair da concha, lutar contra a aparência de um conforto estéril, que não contribui para o aperfeiçoamento pessoal nem o progresso mais amplo. Por isso, John Maxwell (*O livro de ouro da liderança*, de Thomas Nelson do Brasil, Rio, 2008) afirma que “O líder deve desafiar seus liderados a sair da zona de conforto, mas nunca da área em que são mais fortes”. Entendemos o professor como um líder que precisa ampliar seus horizontes, sem perder o foco da tarefa de educar, que é a *célula-mater* da sua atividade.

Nas atuais circunstâncias, 70% da população das escolas públicas são crianças de famílias de baixa renda. Um em cada 10 brasileiros com mais de 15 anos ainda não sabe ler e escrever. Temos 1,8 milhão de jovens de 15 a 17 anos de idade fora da escola.

De um lado, há 25 milhões de pessoas que acessam a internet em suas casas, mas a escolaridade entre negros e brancos só deverá se igualar em 17 anos. O tempo médio de estudo entre os que têm mais de 10 anos de idade é de 6,9 anos (precisamos chegar a 11 anos).

Existe um longo caminho a ser percorrido pelos participantes do sistema, para que se tenha a educação como agente de transformação e sustentação da sociedade brasileira. No mundo há uma corrida pela melhoria da educação. No Brasil, ainda não alcançamos as metas, nem na escola particular.

Entre as 20 metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação 2011-2020, já discutidas aqui em palestra feita no ano passado, muitas estão longe de serem atingidas. Citamos, por exemplo:

Meta 5: Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os 8 anos de idade.

Meta 6: Oferecer Educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de Educação Básica.

Meta 7: Atingir as seguintes médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB):

<b>IDEB</b>	<b>2013</b>	<b>2015</b>	<b>2017</b>	<b>2019</b>	<b>2021</b>
Anos iniciais do ensino fundamental	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2

*Palestra pronunciada em 11 de junho de 2013*